



Interpeleção Escrita

O tratamento justo, transparente e imparcial da recuperação de terrenos desaproveitados e o destinar dos terrenos recuperados para a construção de habitação pública são tarefas governativas nas quais se concentra a atenção do público. Contudo, existem sempre recursos para os tribunais com terrenos recuperados e relacionados com casos de corrupção, sendo isso normal, tendo em conta a independência dos tribunais e o princípio da imparcialidade, no entanto, a população espera que o Governo resolva os seus problemas com afinco e, ainda antes de haver a decisão dos tribunais, planeie já o desenvolvimento destes terrenos recuperados para fins de habitação pública, evitando-se assim o desperdício de tempo.

Interpelei o Governo sobre se ia ou não começar o planeamento da construção de habitações económicas, em número não inferior a quinze mil, logo que se conhecessem alguns avanços no processo judicial relativo ao terreno da Avenida Wai Long e da Estrada da Ponta da Cabrita, na Taipa, e o Instituto de Habitação, em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, respondeu, em Novembro de 2015, o seguinte: *“a concessão do terreno situado na Avenida Wai Long e na Estrada da Ponta da Cabrita, na Taipa, já foi declarada caducada. Actualmente, ainda existem questões jurídicas por resolver, pelo que os serviços competentes vão continuar a dar seguimento e, quando estas tiverem algum avanço, iremos tratar, com a maior brevidade*



possível, as questões posteriores e planear concretamente os nossos trabalhos. Em relação ao terreno que foi declarado caducado, o Governo vai ter em conta o seu local, a sua área e configuração, e estudar a finalidade do terreno, tendo em conta a respectiva zona em questão, nomeadamente, ao nível de transportes, infra-estruturas comunitárias, política de habitação pública, necessidades sociais e desenvolvimento económico de Macau”.

No dia 25 de Janeiro do corrente ano, o Tribunal de Última Instância indeferiu o recurso extraordinário do referido terreno, mas até à data o Governo da RAEM ainda não veio dar a conhecer ao público o plano de construção de habitações públicas neste terreno.

Nestes termos, interpele o Governo sobre o seguinte:

1. O Governo da RAEM já deve ter estudado a finalidade do terreno situado na Avenida Wai Long e na Estrada da Ponta da Cabrita, na Taipa, tendo em conta o local, a área e a configuração, e a respectiva zona em questão, assim como, os transportes, as infra-estruturas comunitárias, a política de habitação pública, as necessidades sociais e o desenvolvimento económico de Macau. O Governo já decidiu construir habitações económicas neste terreno?
2. O Governo da RAEM vai decidir com afincos que o referido terreno vai ser disponibilizado para a construção de habitações económicas, em número



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

não inferior a quinze mil?

3. Com vista a não perder tempo, se o plano para a construção de habitações públicas neste terreno já foi concluído enquanto se esperava pela decisão do tribunal, o Governo já pode dar a conhecer esse plano e a calendarização para a distribuição das habitações económicas. Vai dar a conhecer isso tudo ao público?

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,

Ng Kuok Cheong

1 de Fevereiro de 2016